

PARECER Nº 09/2023

PROJETO DE LEI Nº 06/2023

**COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E TOMADA DE
CONTAS E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA**

RELATOR VEREADOR GILMAR VENDEDOR

RELATÓRIO

De autoria da Mesa Diretora, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a revisão do subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais de Arinos.

A revisão ora pretendida é feita em 5,93% (cinco vírgula noventa e três por cento), retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023. Esse percentual corresponde ao somatório acumulado da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC –, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2022.

Publicada, a proposição foi encaminhada à análise preliminar da Comissão de Legislação e Justiça e de Redação, que concluiu por sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade e adequação regimental.

Vem agora o projeto a esta Comissão, para exame e parecer, conforme dispõe o art. 91, inciso II, “d”, do novo Regimento Interno.

Em síntese, o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, insta salientar que a revisão dos subsídios dos agentes políticos é medida necessária para garantir o seu poder aquisitivo em virtude da desvalorização da moeda provocada pela inflação.

Nesse mesmo sentido, o Egrégio Tribunal de Contas de Minas Gerais já deixou assentado, na Súmula nº 73, a admissibilidade desta revisão.

Registre-se que a revisão ora pretendida não acarretará nenhum impacto de ordem orçamentária e financeira para o Município, pois tais verbas já se encontram consignadas no orçamento anual.

No caso em exame, fica dispensada a comprovação da estimativa de impacto orçamentário financeiro, conforme prevê o art. 16, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF, Art. 17, § 6º).

Importante destacar que, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 22 e do *caput* do art. 23, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a recomposição de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição Federal poderá ser concedida ainda que o Órgão ou Poder esteja com suas despesas de pessoal acima do limite definido no art. 20 da referida lei.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, concluo pela aprovação do Projeto de Lei nº 06/2023.

Sala das Comissões, 02 de março de 2023.

Vereador GILMAR VENDEDOR
Relator